

Perto de mais uma vitória

Dilma admite atender à reivindicação dos sindicatos e promete isentar a PLR do IR. Teto proposto pelo governo para isenção é inferior ao defendido pela CUT e pelo Sindicato



Almir Aguiar convoca os bancários para intensificar a mobilização e fazer com que o governo federal eleve o teto da isenção do IR para a PLR

Durante o ato do Dia do Trabalhador (1º de maio), o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, anunciou que o governo federal atenderá à reivindicação dos trabalhadores de isentar a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) do Imposto de Renda. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Sindicato dos Bancários do Rio estiveram na vanguarda desta luta, que beneficiará também a categoria bancária.

Entretanto, o teto para a isenção proposto pela presidenta Dilma Rousseff é inferior ao defendido pelo movimento sindical. O governo sinalizou com um teto de R\$6 mil, mas os cutistas propõem R\$20 mil.

O tema será debatido entre as centrais sindicais e o governo federal nesta terça-feira (8), às 11h, em Brasília.

“O anúncio do governo de que vai atender a nossa reivindicação e pôr fim à tributação da PLR é uma vitória histórica dos trabalhadores. Isto é fruto de nossa mobilização e os bancários estiveram sempre na vanguarda desta luta. Precisamos continuar a pressão para que o governo eleve sua proposta para o teto da isenção”, disse o presidente do Sindicato, Almir Aguiar. Esta é a segunda importante vitória dos trabalhadores no atual governo. A decisão de Dilma de reduzir os juros nos bancos públicos e enquadrar os banqueiros do setor privado para que façam o mesmo é tam-

bém uma antiga reivindicação dos sindicatos e da Contraf-CUT. “É preciso reduzir ainda mais o *spread bancário* para que o país garanta o crescimento sustentável da economia”, destaca Vinícius de Assumpção. O próprio ministro da Fazenda, Guido Mantega, criticou os altos juros e disse, na última sexta-feira (4), que o *spread bancário* brasileiro é uma “anomalia”.

Para os sindicalistas, a perda da Receita Federal com a decisão de não tributar a PLR será compensada com o aumento da renda dos trabalhadores, que injetará mais dinheiro na economia, fortalecendo assim o mercado interno do país. A mobilização continua.

Sindicato apoia Chapa 6 para a Previ

O Sindicato dos Bancários apoia a Chapa 6, Unidade na Previ, que disputa as eleições do fundo de pensão. A votação acontece de 18 a 29 de maio. Algumas das principais propostas são aumentar o teto de benefício para 100%, reduzir o valor da Parcela Previ, elevar valores das pensões, criar benefício baseado na Participação nos Lucros e Resultados, manter contribuições suspensas, antecipar o reajuste dos aposentados para janeiro e incorporar o Benefício Especial Temporário (BET) como benefício permanente no Plano 1.

Já no Previ Futuro, permitir resgate das contribuições patronais em caso de desligamento do banco e do plano, criar novo benefício baseado na PLR, diversificar investimentos para aumentar rentabilidade e reduzir as despesas administrativas e a taxa de risco, ampliar empréstimos simples e financiamentos imobiliários Previ para todos os funcionários do BB. A eleição é para os cargos de Diretoria de Seguridade, Conselhos Deliberativo, Consultivo Plano de Benefício, de Benefícios 1 e Consultivo Previ Futuro. Entre os candidatos estão Marcel Barros, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários, para a Diretoria de Seguridade; e Odali Cardoso, para o Conselho Fiscal.

GESTÃO VITORIOSA

O presidente do Sindicato, Almir Aguiar, frisou a importância de eleger a Chapa 6 como forma de dar seguimento a uma gestão vitoriosa à frente da Previ. “Apoiamos a Chapa 6 pelos avanços e conquistas obtidos, o que mostra a competência dos companheiros atualmente na gestão e daqueles que concorrem para prosseguir este trabalho, como o Marcel, que já mostrou seu compromisso com o funcionalismo do banco à frente da Comissão de Empresa dos Funcionários”, afirmou Almir.

O diretor do Sindicato e vice-presidente da Contraf-CUT, Carlos de Souza, frisou a importância histórica de se garantir a eleição de trabalhadores responsáveis e comprometidos com os interesses dos participantes da Previ, como foi o caso de Ricardo Sasseron e agora de Marcel Barros. Luciana Vieira, também diretora do Sindicato e conselheira consultiva do Previ Futuro, afirmou que não se pode arriscar. “Apoio a Chapa 6 porque queremos na Previ quem faz a diferença e defende realmente os interesses dos participantes. Não podemos nos aventurar com quem nunca esteve presente nas lutas do funcionalismo ou quem defende propostas mirabolantes”, afirmou Carlos.

Entre no nosso site e vote: www.bancariosrio.org.br



Diga NÃO ao IMPOSTO SINDICAL

Plebiscito Nacional até 15 de junho

Campanha Nacional por Liberdade e Autonomia Sindical



www.cut.org.br

Prédio do Citibank elege quatro cipeiros

Os funcionários do Citibank na Rua da Assembleia, 100, participaram da eleição dos integrantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), no último dia 27. Trabalham naquele endereço 178 bancários, 116 dos quais (60%) compareceram às urnas para eleger Paulo Sergio Valente de Oliveira (36 votos), Luziete Gomes Alfred de Souza (33 votos), Sandra Martelo Gorgal (16 votos) e Rogério Chanca Viana (10 votos).

O Sindicato destaca que os cipeiros não devem pensar apenas em assegurar garantia no emprego durante algum período, mas defender melhores condições de trabalho, primando pela saúde e bem-estar dos funcionários no local. Entre suas atribuições estão cobrar da empresa condições de preservação do ambiente, garantir o respeito às normas de ergonomia determinadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, realizar cursos e seminários sobre segurança.

A eleição foi organizada pela Secretaria de Bancos Privados do Sindicato, com a presença dos diretores Carlos Maurício e José Silva, e da funcionária Maria Helena.

CURSO DE CPA10 E CPA20

Desconto de 35%

Estão abertas as inscrições para as novas turmas dos cursos, com início em maio e junho, CPA10 e CPA20 oferecidos pela parceria do Sindicato com a Crédito & Mercado. O curso é preparatório para o exame de certificação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Não perca essa oportunidade! Os bancários sindicalizados têm 35% de desconto. Mais informações, ligue para a Secretaria de Formação (telefones 2103-4138 ou 2103-4169).

DENÚNCIA

Recusa do BB de assinar RN 254 pode extinguir a Cassi

Desde o ano passado, a diretoria do Banco do Brasil vem se recusando a assinar a Resolução Normativa 254 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão que regula o funcionamento dos planos de saúde no Brasil. Esta recusa pode significar a extinção da Cassi (Caixa de Assistência dos Funcionários do BB), já que pelo Artigo 27 da resolução, os planos que não assinarem o aditivo à RN 254 continuarão existindo, porém como planos fechados, não podendo mais admitir novos associados. Novos funcionários teriam que procurar outros planos.

“A Cassi se tornará extremamente cara para os associados da ativa e aposentados, caso o banco mantenha sua posição de não aderir à resolução, tendo como consequência, a médio prazo, a sua extinção”, alertou o presidente do Conselho Deliberativo da Cassi, Roosevelt Rui.

Editada em junho de 2011, a RN 254 normatiza o funcionamento dos planos de saúde, determinando que se adaptem a todos os novos procedimentos fixados pela ANS. Os planos não



abrangidos pela Lei 9.656/98 – caso da Cassi – poderão ser incorporados à lei desde que assinem um aditivo até o dia 4 de agosto deste ano.

O BB alega que os planos anteriores à Lei 9.656/98 não são obrigados a se adaptarem, como seria o caso da Cassi. Rui, lembra, no entanto, que todos os planos de saúde são obrigados a seguir as normas da ANS.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL

Para Rui, exigir que o BB assine a RN 254 é uma prioridade do funcionalismo e de todo o movimento sin-

MOBILIZAÇÃO - Roosevelt Rui disse que exigir a assinatura da Resolução Normativa 254 pelo BB é hoje prioridade do funcionalismo e do movimento sindical bancário

dical bancário. Para ele, esta luta tem que envolver também parlamentares ligados ao BB, realizar contatos nos ministérios da Fazenda e do Planejamento e na Secretaria Geral da Presidência da República, pressionando para que o

banco assine o aditivo. Rui lembrou que, em 2011, a associação das autogestões (Unidas) entrou com uma ação com pedido de liminar para os planos anteriores a 1998 não serem obrigados a assinar a RN 254. “Porém, nem a liminar nem a ação foram julgadas, porque conseguimos, em contato com o governo federal e com a ANS, que o prazo de adesão fosse estendido até agosto deste ano”, afirmou. A verdade é que o banco não quer se submeter à lei. “E nós temos que nos mobilizar para mudar esta postura, defendendo nossos direitos e a Cassi”, afirmou.

BANCO DO BRASIL

Dia 17, assembleia dos funcionários do BB decidirá sobre ação da 7ª e 8ª horas

Como parte da campanha nacional pelo respeito à jornada de 6 horas, o Sindicato convoca os funcionários do Banco do Brasil para uma assembleia, no dia 17 de maio, às 18 horas, no auditório da entidade (Avenida Presidente Vargas, 502, 21º andar). O objetivo é autorizar o Sindicato a mover ação declaratória para garantir o cumprimento das seis horas para os comissionados, sem redução salarial, e o pagamento da 7ª e da 8ª horas realizadas até então.

A diretora do Sindicato Luciana Vieira chama a atenção para a importância do comparecimento à assembleia. Acrescenta que essas são reivindicações antigas do funcionalismo do banco, que precisavam ser amadurecidas devido à sua importância. “Agindo desta forma o Sindicato tem por objetivo garantir que sejam tomadas as medidas eficazes, de maneira responsável”, afirmou, referindo-se à ação declaratória. “Em função da

importância do tema e da base do Rio, a segunda maior do país, tivemos o cuidado de aprofundar a discussão, levando o advogado do Sindicato, Márcio Cordero, em palestras nas principais unidades do BB. A diretora da Secretaria de Assuntos Jurídicos Cleyde Magno lembra que a autorização da categoria é necessária para o ajuizamento da ação, legitimando a representação dos bancários pelo Sindicato.

Debate sobre gays e lésbicas no mercado de trabalho começa nesta terça-feira

A Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (CUT-RJ) realiza a partir desta terça-feira, dia 8, debate sobre a discriminação enfrentada por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros no mercado de trabalho. O evento, que vai até quinta-feira (10), será no auditório do Sindicato dos Bancários (Av. Pres. Vargas, 502, 21º andar), sempre a partir das 18 horas, e tem como tema central “Visibilidade LGBT e Mundo do Trabalho: conhecer, entender e respeitar, sim; discriminar, não!”

Entre os palestrantes estão Virgínia Figueiredo, da Liga Brasileira de Lésbicas; Yone Lindgren, vice-presidente da Associação Brasileira de Gays Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT); Silvia Alexim Nunes, do Instituto de Medicina Social da Uerj; Adilson Barros, diretor do Coletivo LGBT da CUT Rio de Janeiro; e o deputado federal Jean Wiliys (PSOL-RJ). Serão discutidos direitos já conquistados e outros a conquistar, como reconhecimento legal de uniões homoafetivas, direitos previdenciários e leis que punam a discriminação, como a que torna crime a homofobia. As inscrições podem ser feitas pelo e-mail adilbarros2002@hotmail.com e pelos telefones 9904-6077 e 9789-9746. O evento conta com o apoio do Sindicato dos Bancários e do Sindicato dos Servidores da Justiça Federal.



O diretor do Sindicato e do coletivo LGBT da CUT-RJ Adilson Barros, convoca bancários e bancárias para participar do evento que será realizado esta semana, no Rio

Temas em debate

- Terça-feira (8) ----- Identidades coletivas e comportamento da sexualidade humana.
 Quarta-feira (9) ----- Visibilidade lésbica e o mundo do trabalho.
 Quinta-feira (10) ----- Visibilidade LGBT e o mundo do trabalho.

FUTEBOL

Torneio do Santander começa com goleadas

O torneio entre equipes do Santander começou com muitos gols, no último final de semana. Na abertura, o Real União goleou a boa equipe do Real Operário Oeste por 6 a 0. A vitória foi conquistada graças ao esquema ofensivo do técnico Luiz Henrique. O atacante Anderson Targimo fez dois gols e Carlos Timbó, além de marcar um gol fez o papel de pivô, que lembrou o atacante Fred na decisão do campeonato carioca do último domingo.

Na segunda partida, o Real Operário Leste foi comandado pelo meio de campo Paulo Izídio, que fez um dos sete gols na goleada de 7 a 2 contra o tradicional Real Amigos. Paulo é comparado pela torcida de seu time ao craque Deco, também do Fluminense. Bruno Moreno, com três gols, e Felipe Issa, com dois, foram outros destaques na vitória do Real Operário.

No último jogo, o mais disputado da rodada, o Real Corporate venceu o Santander Mistura por 3 a 2. Alex Melo, o Tereu, garantiu a vitória de sua equipe com dois gols. As duas equipes se enfrentam novamente na semifinal, que será realizada neste sábado, dia 12.

O torneio com os demais bancos que ainda não jogaram será no próximo dia 19, na sede campestre. As inscrições estão abertas. Mais informações pelos telefones 2103-4150/4151.

Semifinal – Sábado (12)

9h Real União x Real Operário Leste

10h Real Corporate x Santander Mistura

TURISMO

Natal da luz nas serras gaúchas

DIVULGAÇÃO



Noite em Gramado durante as festividades do Natal da Luz. O Sindicato realiza excursão à cidade em novembro.

A Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer do Sindicato realiza um passeio a Gramado e Canela, na serra gaúcha, de 5 a 11 de novembro, quando começa o Natal da Luz na cidade. O pacote inclui passagem aérea até Porto Alegre, ônibus com ar-condicionado até Gramado, hospedagem com meia-pensão no Hotel Galo Vermelho (www.hotelgalovermelho.com.br), passeio a Canela, Garibaldi, Nova Petrópolis e às vinícolas da região. O preço é R\$2.468 por pessoa, mas bancários sindicalizados pagam R\$2.386. Mais informações pelos telefones 2103-4150/4151.

Lei obriga bancos a instalar divisórias

No dia 25 de abril passou a vigorar a lei estadual 6226, que estabelece prazo de um ano para que os bancos instalem divisórias entre os guichês de caixas. Ao final deste período, aqueles que não se adaptarem à nova realidade serão multados. A medida visa dificultar a prática do crime da “saidinha de banco”. A autora da proposta, deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), explica, nesta entrevista ao **Jornal Bancário**, detalhes da nova lei.

Bancário - Como essa lei, uma antiga reivindicação do movimento sindical bancário, pode ajudar a impedir o crime da “saidinha de banco”?

Rosângela Gomes - A instalação de divisórias vai impedir que uma outra pessoa possa enxergar a transação feita pelo caixa e pelo usuário do banco, seja quem esteja do lado, ou os que estejam na fila, ou sentados aguardando. Esta medida vai dificultar o assalto, que muitas vezes acaba terminando na morte do cliente. A lei visa proteger os usuários dos serviços financeiros e os bancários.

Bancário - O que prevê a lei?

Rosângela - Os bancos ficam obrigados a instalar as divisórias no prazo máximo de um ano a contar da publicação da lei no Diário Oficial do Estado, o que ocorreu em 25 de abril deste ano. Ela determina que as



A deputada Rosângela Gomes lamentou a postura do governador Sérgio Cabral pelo veto ao projeto, que depois foi derrubado por unanimidade na Alerj

divisórias tenham altura mínima de 1,80m, sejam feitas de material opaco e colocadas entre os caixas e o espaço reservado para clientes que aguardam atendimento, impedindo a visibilidade e proporcionando privacidade às operações financeiras. Desta forma, impede que o olheiro que esteja dentro da agência visualize a transação e dê o sinal para que o seu comparsa aja do lado de fora.

Bancário - O que acontecerá com os bancos que não cumprirem as normas estabelecidas?

Rosângela - A lei fixa um prazo de 12 meses para que os bancos se adaptem a ela. Ao fim deste período, serão punidos em 500 UFIR por agência infratora.

Bancário - Como a senhora vê a postura do governador Sérgio Cabral Filho que vetou o projeto depois de aprovado pela (Alerj). Os deputados, por unanimidade, derrubaram o veto. Como a senhora vê essa postura do governador?

Rosângela - É lamentável.

Quero acreditar que a Procuradoria do Estado, que é o órgão que analisa os projetos aprovados pela Alerj e os encaminha ao governador, não tenha tomado o cuidado de avaliar que a lei é benéfica a toda a sociedade, não trazendo para o estado nenhum tipo de prejuízo. Pelo contrário, a lei oferece à população mais segurança. E quem vai arcar com as despesas são os bancos que estão tendo lucros absurdos.

Bancário - Os bancos alegam que a saidinha é um problema de segurança pública, argumentando que é crime praticado fora das agências. Como a senhora avalia esta visão?

Rosângela - Não tem lógica, não tem coerência o que eles falam. Esse crime começa dentro das agências. E a lei é para dentro das agências.

Bancário - Daqui a 12 meses o cidadão que entrar numa agência que não esteja dentro do que manda a lei poderá fazer?

Rosângela - Pode ligar para o nosso gabinete, para a Comissão de Defesa do Consumidor da Alerj que é um dos órgãos fiscalizadores, juntamente com a instituição municipal que tenha a mesma função. É importante que todos estejam atentos para fazer cumprir a lei.

MP denuncia agentes da ditadura por sequestro de Palhano

O coronel da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi chefe do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), órgão subordinado ao Exército durante a ditadura, e o delegado da Polícia Civil Dirceu Gravina foram denunciados pelo Ministério Público federal como responsáveis pelo sequestro do ex-presidente do Sindicato Aluizio Palhano Pedreira Ferreira. O sindicalista foi integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), tendo participado da luta de resistência contra a ditadura e pelo retorno à democracia. Em 1971, foi preso, torturado e assassinado. Seu corpo nunca foi encontrado, sendo considerado desaparecido político.

Além da ação contra os dois ex-agentes da repressão, o grupo de trabalho de Justiça de Transição, do Ministério Público do Trabalho (MPF), investiga outros 14 sequestros ocorridos durante a ditadura em São Paulo, além de casos no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pará. O grupo sustenta que, como em todos estes casos, não foi localizado o corpo da vítima, trata-se de sequestro, um crime continuado e, por isso, fora da Lei de Anistia e da prescrição. Os procuradores seguem a determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados



O bancário Aluizio Palhano, ex-presidente do Sindicato, foi sequestrado e assassinado pela ditadura militar. Seu corpo jamais foi encontrado

Americanos, que, em 2010, condenou o Brasil a investigar crime de Estado e a localizar os corpos das vítimas no Araguaia.

TORTURA

Centenas de pessoas foram presas, torturadas e mortas durante a ditadura militar (1964-1985). A denúncia contra Ustra e Gravina foi feita à Justiça Federal paulista, que ainda analisa o caso. Depois de retornar do exílio em Cuba, Palhano foi preso, em maio de 1971. Depois de ser torturado em São Paulo é levado para a Casa da Morte, local de também de tortura, em Petrópolis. Em seguida volta para o Doi-Codi, comandado por Ustra. O delegado Gravina liderava as equipes de interrogatório.

VERDADE, AINDA QUE TARDE

A Comissão da Verdade vai apurar denúncias recentes publicada na mídia feitas por um ex-agente do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), órgão da repressão, sobre mais desaparecidos políticos. Segundo as denúncias, dirigentes comunistas e militantes da resistência foram incinerados numa usina de açúcar de Campos. Entre as vítimas estariam Davi Capistrano, Ana Rosa Kucinski e seu marido Wilson Silva, João Batista, Joaquim Pires Cerveira, João Massena Mello, José Roman, Luiz Ignácio Maranhão Filho, Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira e Eduardo Collier Filho.